

FAAT- FACULDADES
PEDAGOGIA

LUCIANA CARDOSO

O DESENVOLVIMENTO DO ALUNO PORTADOR DA
SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO FUNDAMENTAL I

ATIBAIA-SP

2017

FAAT- FACULDADES
PEDAGOGIA

LUCIANA CARDOSO

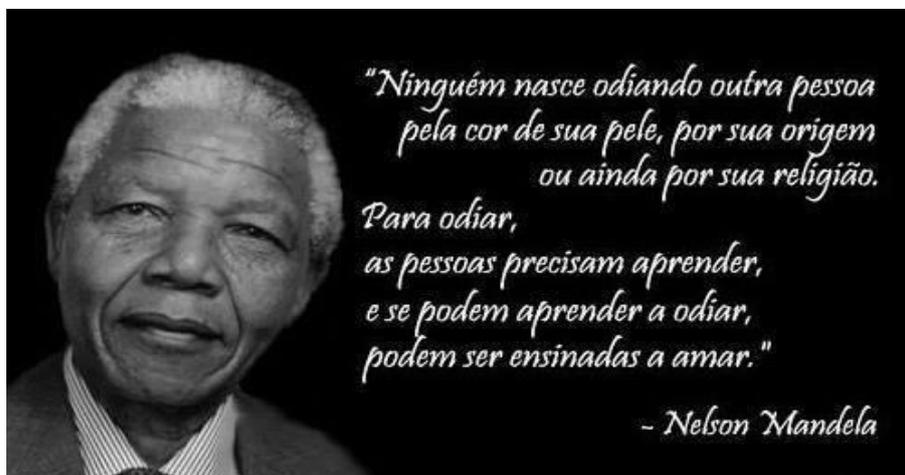
O DESENVOLVIMENTO DO ALUNO PORTADOR DA
SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO FUNDAMENTAL I

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia pela FAAT FACULDADES, sob orientação da professora Ms. Cleidil do C. G. A. Peixoto.

ATIBAIA-SP

2017

Dedico esse trabalho ao meu marido Adoaldo
Alves Barbosa e a Ana Luiza Arruda Brigida.



*"Ninguém nasce odiando outra pessoa
pela cor de sua pele, por sua origem
ou ainda por sua religião.*

*Para odiar,
as pessoas precisam aprender,
e se podem aprender a odiar,
podem ser ensinadas a amar."*

- Nelson Mandela

Agradecimentos

Primeiramente quero agradecer a Deus, por ter me concedido forças para ir até o final e por ter me ajudado a superar as barreiras, que tive ao longo do curso.

Agradeço ao meu marido, que apendeu a cozinhar para cuidar dos nossos filhos para eu poder concretizar esse sonho de fazer o curso de Pedagogia, por ter paciência nos momentos em que eu tive que deixá-lo cuidando da casa, em alguns finais de semana, para fazer trabalhos em grupo fora de casa.

Aos meus filhos David Wilson e Beatriz, que deixei um pouco de lado para fazer as tarefas da faculdade.

Agradeço também às minhas colegas de trabalho e do curso, por terem me ajudado quando precisei e a professora Ms. Cleidil do C. G. A. Peixoto, que confiou no meu trabalho e acreditou que eu conseguiria.

Quero deixar aqui meu agradecimento especial à aluna Ana Luiza, que tive o prazer de acompanhar por três anos consecutivos, pois, por ser portadora da síndrome de Down, deu-me inspiração para escolher meu tema do trabalho de conclusão do curso.

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de mostrar a teoria e a realidade da inclusão nas escolas de rede regular de ensino, enfatizando os alunos com síndrome de Down. Nesta monografia, encontra-se uma realidade de como eram tratados os deficientes na antiguidade, traz algumas manifestações clínicas e alguns mitos sobre a síndrome de Down. Apresenta também algumas Leis sobre a inclusão das pessoas com necessidades especiais, manifestando as mudanças ao longo dos séculos e qual é o papel da escola perante as Leis.

O foco dessa monografia são as pesquisas feitas com a mãe de uma aluna com síndrome de Down e com alguns profissionais que trabalham na área da educação. Após de coletar esses dados, eles são comparados com a teoria pesquisada, concluindo que as escolas estão corrigindo os erros da inclusão do passado, além de cumprirem as Leis, estão tendo um olhar diferenciado no ensino-aprendizagem dos portadores de necessidades especiais.

Palavras-chave: síndrome de Down, inclusão escolar, pais, educadores.

Sumário

| | |
|---|----|
| Introdução..... | 1 |
| Capítulo I – Breve História dos portadores de deficiência no Brasil..... | 4 |
| 1.1- Como eram tratados os deficientes antes das Leis sobre Inclusão e Educação Especial..... | 4 |
| 1.2- Breve Histórico da Inclusão e Educação Especial no Brasil..... | 5 |
| 1.3 - O processo da Inclusão e Educação Especial no Brasil: Legislação e Normas..... | 7 |
| Capítulo II - Conhecendo a Síndrome de Down..... | 11 |
| 2.1 - Manifestações clínicas..... | 11 |
| 2.2 - Aspectos neurológicos..... | 12 |
| 2.3- Mito ou Verdade?..... | 13 |
| Capítulo III - O desenvolvimento dos alunos com síndrome de Down na Educação Fundamental I..... | 16 |
| 3.1 - A escola..... | 16 |
| 3.2 - Os processos de aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos com síndrome de Down..... | 17 |
| 3.3 - A socialização e autonomia dos portadores de síndrome de Down..... | 22 |
| Capítulo IV- Análise dos dados coletados em uma escola de ensino fundamental I, da rede municipal de Atibaia- SP..... | 24 |
| 4.1 - Os entrevistados..... | 24 |
| 4.2 - As perguntas feitas nas entrevistas..... | 25 |
| 4.3 - Os resultados..... | 27 |
| 4.4 - Análises dos resultados..... | 30 |
| 4.5 - Teoria X resultados..... | 31 |
| Conclusão..... | 33 |
| Referências bibliográficas..... | 34 |
| Anexos..... | 36 |

Anexos

Anexo 1- Referente à entrevista com A.C.A.B.

Anexo 2- Referente à entrevista com L.B.K.

Anexo 3- Referente à entrevista com T.F.S.

Anexo 4- Referente à entrevista com L.S.G.

Anexo 5- Referente à entrevista com J.B.R.S.

Anexo 6- Referente à entrevista com E.F.A.

Anexo 7- Referente à entrevista com E.C.G.S.

Anexo 8- Referente à entrevista com K.F

Anexo 9- Referente à entrevista com J.M.P.

Anexo 10- Referente à entrevista com M.R.A.

Anexo 11- Referente à entrevista com M.P.A.O.

Anexo 12- Referente à entrevista com T.A.P.B.T.

Obs.: Todas as entrevistas foram transcritas, seguindo literalmente o que foi dito pelos entrevistados.

Introdução

Este trabalho tem como tema principal o fenômeno da inclusão, de modo particular no caso dos portadores de síndrome de Down, na Educação Fundamental I e o desenvolvimento dessa criança.

Segundo SILVA e KLEINHANS (2006), dados do IBGE, com base no censo de 2000, a cada 600/800 nascidos no Brasil, 1 possui a Síndrome de Down, (a partir daqui SD). Com base nessa realidade, as instituições devem buscar mais conhecimento sobre os alunos com SD, pois infelizmente esse assunto é mais tratado na área científica, e fica desconhecido pelos profissionais da área da educação, sendo assim é imprescindível à necessidade de formações e capacitações a esses profissionais, visando à melhoria no trabalho com a inclusão dos alunos portadores da SD na escola.

As informações são bem vindas também à família porque o processo de ensino-aprendizagem ocorre entre família-escola, como cita SILVA e KLEINHANS (2006 p.124): “Apesar da SD ser classificada como deficiência mental, não se pode nunca predeterminar qual será o limite de desenvolvimento do indivíduo”. “As conclusões destacam que uma estimulação bem estruturada pode promover o desenvolvimento da criança com SD, minimizando suas dificuldades e evidenciando a possibilidade de plasticidade”. (SILVA e KLEINHANS, 2006 p.132). Os autores apontam que, apesar das lesões que afetam o cognitivo da criança com SD, não podemos contextualizá-la ao não aprendizado, pois estudos mostram que a criança desenvolve o cognitivo, motor e verbal, através de estímulos. Elas precisam apenas de um mediador para estimulá-las levando ao conhecimento e aprendizado.

A Declaração de Salamanca, documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, em Salamanca, na Espanha, em 1994, reforçou as diretrizes básicas formulando e reforçando as políticas e sistemas educacionais.

(...) reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e re-endossamos a Estrutura de Ação em Educação Especial, em que, pelo espírito de cujas provisões e recomendações governo e organizações sejam guiados.

Devido a esta obrigatoriedade da inclusão escolar, as crianças com SD passam a ter maior chance de se integrarem dentro da sociedade, embora o assunto da inclusão

cause polêmicas, é uma oportunidade de essas crianças mostrarem à sociedade que podem aprender as mesmas coisas das crianças que não possuem a SD, elas só precisam de adaptações em alguns conteúdos curriculares solicitados pela educação.

Todas as escolas precisam buscar melhorias na qualidade de ensino e na estrutura, pois deve estar pronta para receber alunos com qualquer necessidade especial, trazendo as relações humanas através da interação.

Em primeiro lugar, essa criança tende ser aceita pela família, para depois ser aceita na sociedade, pois quem está com ela todos os dias é quem deve procurar assistência e se dedicar a oferecer conhecimento para seu desenvolvimento, levando a autoestima e confiança da criança, depois da aceitação da família ficará mais fácil integrá-la na sociedade. “Aceitar” sua situação, no sentido de se encostar, não buscando ou esperando auxílio ou melhora na criança, retira todo o seu controle e confiança- e isso, hoje, não é uma forma aceitável de conceber a “aceitação” (MILLER, 1998a, p.98).

Schwartzman (1999), “algumas crianças demonstram um processo mais rápido das habilidades comunicativas e, por volta da idade escolar, estarão construindo sentenças e, em alguns casos, inclusive lendo...” (SCHWARTZMAN, 1999, p.62). Então, apesar das alterações neurológicas dos portadores de síndrome de Down, eles têm a possibilidade de aprendizado.

Conforme LIMA (1984, p.17) afirma: “a atividade do organismo, porém, não é aleatória ou browniana: visa fundamentalmente, a alimentar os esquemas de assimilação (fome de estímulos), podendo, contudo, puramente funcional (ludicidade) [...]”. O desenvolvimento cognitivo na perspectiva de Piaget é uma construção, ou seja, se constrói aos poucos com equilíbrio, através das estruturas (motor, verbal e mental). Esse equilíbrio no processo educacional consiste na ideia de que não há aprendizagem sem dificuldade.

Como objetivo, pretende-se investigar até que ponto os alunos com Síndrome de Down têm capacidade de fazer as mesmas atividades dos alunos que não possuem deficiência, assim estabelecer a integração e a igualdade social dentro do convívio entre escola, alunos, família e comunidade.

Os teóricos estudados: Nancy B. Miller, Lauro de Oliveira Lima, Maria de Fátima Minetto Caldeira Silva, Andréia Cristina dos Santos Kleinhaus, José Salomão Schwartzman, Marilene da Silva Cardoso, Sylvia da Silveira Nunes, Ana Lúcia Saia,

Rosana Elizete Tavares, Marcos J.S. Mazzotta, Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, Suad Nader Saad, Luciana Madsen Pinheiro, Nancy Derwood Mills, Maria Cristina Machado Kupfer, Renata Petri, Antônio Eugênio Cunha, Maria Luiza Bissoto, Marli André, Clara Regina Aballa Ferraz, Marcos Vinícius de Araújo, Luiz Renato Rodrigues Carreiro, Heloysa Dantas, Yves de La Taille e M. Lilian Costa Shwartzman.

No primeiro capítulo, conta-se um pouco da história dos deficientes, como eram tratados antes da inclusão escolar e como foi o processo de inclusão e algumas leis importantes sobre a inclusão escolar.

No segundo capítulo, constam as manifestações clínicas nas pessoas com SD e seus aspectos neurológicos, como cuidar da pessoa com SD.

O terceiro capítulo mostra como a escola deve ser para ter bom funcionamento em relação à inclusão, alguns processos de ensino-aprendizagem, a importância do professor perante o aluno com SD, como funciona o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais, mostra também que os alunos com SD podem ser independentes no futuro, tornando-se um cidadão com direitos e deveres como os normais.

O capítulo quatro traz as entrevistas de profissionais de uma escola da rede municipal do município de Atibaia-SP: duas agentes de serviços e uma estagiária, que atuam como profissionais de apoio dentro da sala de aula; de quatro professoras do ensino fundamental; uma professora de Arte; um de Educação Física, uma professora do Atendimento Educacional Especializado que atende na escola os alunos com deficiência; a coordenadora e a mãe de uma aluna matriculada na mesma escola dos profissionais citados. Há também a análise dos resultados e a comparação da teoria dos resultados encontrados nas entrevistas, com o objetivo de saber se os alunos com SD estão se desenvolvendo na escola.

Capítulo I - Breve história dos portadores de deficiência no Brasil

Hoje em dia, o contrário de antes do século XIX, encontrarmos pessoas com necessidades especiais em lugares públicos, na sociedade, mas muitos não sabem as lutas que essas pessoas tiveram que enfrentar para se incluírem dentro da sociedade como cidadão comum. Nesse capítulo mostraremos a breve história dessas pessoas.

1.1 - Como eram tratados os deficientes antes das Leis sobre Inclusão e Educação Especial.

Segundo Schwartzman (1999), em 1500 AC, já havia monumentos com as características das pessoas com SD, e, em 1505, também havia pinturas com crianças com fisionomias da síndrome, vestidas como macacos, para diferenciá-las das outras crianças e todos saberem que ela não era “normal”.

Segundo Correia (1997) citado por Cardoso (2004, p.15), antigamente, em Esparta, as crianças com deficiência ou portadoras de qualquer síndrome, eram rejeitadas, e, após o nascimento, jogavam-na no rio ou a abandonavam nas montanhas, tudo isso por acharem que eram amaldiçoadas, e se não fosse sacrificada, a família seria perseguida para sempre.

Como afirma Moisés (1977) *apud* Cardoso (2004, p.16):

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas doentes, asfixiamos recém-nascidos mal constituídos; mesmo as crianças se forem débeis ou anormais, nós as afogamos, não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las.

Havia duas visões sobre os deficientes, para a igreja católica era um ato de “punição divina” e para outros os deficientes eram sobrenaturais, ou seja, as famílias que tinham um deficiente sabiam de todas as verdades.

Nunes, Saia e Tavares (2015), descrevem que com o passar dos anos, o Cristianismo assumiu o cuidado dos deficientes, que ficavam nas “casas de assistência mantidas pelos senhores feudais”. Sendo assim, na Idade Média, os deficientes deixaram de ficar nas mãos da igreja e passaram a ficar nas mãos dos médicos.

Conforme Bianchetti et al. (1998) *apud* Cardoso (2004, p.16):

De todo modo, diversas vantagens se oferecem para o deficiente ao passar das mãos do inquisidor às mãos do médico. Passando pelas instituições residenciais no século XIX e as classes especiais no século XX. No século XIX, os médicos passaram a dedicar-se ao estudo desses seres diferentes - os deficientes, como eram chamados.

Ainda conforme Cardoso (2004), o estudo teve início quando o francês Jean Marc Itard (1775-1838) achou um menino com deficiência na mata e se dedicou na educação dessa criança, estudo que comprovou que os deficientes mentais aprendem como uma criança sem deficiência. Basta dedicação, métodos diferenciados de ensino e perseverança. Assim Itard tornou-se “o pai da Educação Especial” (gerando até mesmo um filme “O garoto selvagem” (1970) sobre sua história, onde mostra sua dedicação e paciência ao ensinar o menino).

Segundo, Nunes, Saia e Tavares (2015), a cobrança pela perfeição já estava presente na antiguidade, na literatura antiga, a ocupação das pessoas com deficiência intelectual eram de bobos da corte ou de palhaços. E como eram inocentes, ou seja, não tinham maldades em suas mentes, conseguiam empregos nas fazendas para divertirem os senhores feudais e seus hóspedes.

1.2 - Breve Histórico da Inclusão e Educação Especial no Brasil.

Os primeiros movimentos a favor do atendimento aos deficientes ocorreram na Europa, e teve impacto nos grupos sociais, espalhando aos outros continentes, chegando até o Brasil, conforme Mazzotta (2005, p.17):

[...] diversas expressões eram utilizadas para referir-se ao atendimento educacional aos portadores de deficiência: Pedagogia de Anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Curativa ou Terapêutica, Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia Emendativa. Algumas dessas expressões, ainda hoje, são utilizadas, [...].

Depois dos experimentos do médico Jean Marc Itard (1774-1838), publicou um livro que ficou conhecido como o “manual de educação dos retardados: *De l'Éducation d'un Homme Sauvage*” (Mazzotta 2005, p.20).

Depois da primeira escola para surdos fundada nos Estados Unidos, a sociedade começou a questionar sobre as obrigações do Estado com a educação dos portadores de deficiência.

No Brasil, não foi diferente, pois começou a se inspirar no modelo Europeu. No século XIX, surgiram instituições atendendo cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos, porém a inclusão só ocorreu no final da década de 50 e começou da década de 60, do século XX, com duas ações: “1º) de 1854 a 1956 - iniciativas oficiais

e particulares isoladas e 2º) e de 1957 a 1993 – iniciativas oficiais do âmbito nacional” (MAZZOTTA, 2005, p.27,28).

Segundo Nunes, Saia e Tavares (2015), depois da Revolução Industrial, a população brasileira começou a se movimentar, levando em conta os acidentados nos trabalhos, a briga era pelas assistências e reabilitações. Isso mudou também porque depois da Segunda Guerra Mundial começou a ter vários mutilados, que se matavam com a “Operação Eutanásia” por não serem aceitos pela sociedade.

Pensando nesses aspectos, houve um novo olhar em relação às crianças, jovens e adultos com deficiência na área da educação, surgindo a Declaração dos Direitos Humanos, trazendo a escola como um espaço para todos, sem nenhuma restrição.

Nessa época, foram montadas classes especiais nas escolas de ensino regular, ou seja, uma classe diferenciada onde todos eram deficientes, fazendo com que a educação inclusiva continuasse exclusiva.

A mudança começou com alguns movimentos depois da Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jointiem, na Tailândia, em 1990, e da Conferência Mundial Sobre Necessidades Educativas Especiais, acontecida em Salamanca, na Espanha, em 1994. Esses dois movimentos se tornaram dois marcos históricos na Educação Inclusiva, registrando que todos os alunos com deficiência devem ser matriculados na rede regular de ensino.

Em consequência desses marcos, os alunos com deficiência começaram a frequentar a mesma classe dos alunos que não possuem deficiência, trazendo outro dilema, o preconceito. Como cita Amaral (2004 p. 46) *apud*, Nunes, Saia e Tavares (2015): “é o famoso: ‘feia, mas tão simpática’, ‘aleijada, mas tão inteligente, tão sensível, um rosto tão lindo...”

A cobrança pela perfeição que está em praticamente todos os tempos, fez os portadores de deficiências se esforçarem para se igualar as pessoas sem deficiência, chamadas de “normais”, entre os anos de 1950 e 1980.

Já na proposta da Inclusão, as Instituições são quem devem se adaptar as pessoas com deficiência.

Segundo Mazzotta (2005), os pais tinham que se juntar e unir forças para conseguirem uma renda para as manutenções das escolas e garantir escolas acessíveis aos deficientes, porém, recentemente os próprios portadores de deficiência é quem luta pelos seus direitos.

1.3 - O processo da Inclusão e Educação Especial no Brasil: Legislação e Normas

Segundo Mazzotta (2005), há anos, a sociedade começou tentar integrar e incluir as pessoas com deficiência nas escolas.

A Lei nº 4.024/61, artigo 88, das Diretrizes Bases da Educação, reafirma o direito dos excepcionais à educação, porém, esse aluno deveria aprender do mesmo jeito que os outros, do contrário, entraria no sistema da educação especial.

A lei nº 5,692/71, alterando a LDBEN de 1961, “assegura tratamento especial aos alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, como o sistema não se adaptava a esses alunos, eles acabavam sendo encaminhados para as classes ou escolas especiais.

Em 1973, segundo Brasil (2010), o MEC criou o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial) que ficou com a administração da educação especial do Brasil.

Conforme Mazzotta (2005, p.74,75), “Ao assegurar aos deficientes a educação especial os legisladores parecem ter entendido existir uma relação direta e necessária entre deficiente e educação especial”, o CENESP cuidava da parte dos atendimentos especializados para aqueles que precisavam, como tinham a saúde como parceira era feito todos os atendimentos necessários para diagnosticar o aluno, tanto na parte médica, como na parte pedagógica. Depois de pronto o diagnóstico, o aluno era encaminhado à escola onde se enquadraria melhor, na regular ou na especial.

No dia 28 de agosto DE 1986, a CENESP/MEC edita a portaria nº 69, dando origem ao apoio financeiro e técnico à Educação Especial no ensino público e particular. Assim começa um novo olhar para os deficientes, pois, a partir dessa portaria, chega o termo “educando com necessidades especiais em substituição à expressão aluno excepcional, que daí para frente é praticamente abolida dos textos oficiais” (MAZZOTTA, 2005, p.75,76).

Quando falamos das leis, não podemos esquecer a Lei nº 8.069/90, da ECA - O Estatuto da Criança e do Adolescente, que, em seu artigo 55, determina que: “os pais ou responsáveis tem a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”, agregando os direitos a todas as crianças e adolescentes, independente se possuem deficiência ou não.

Segundo Brasil (2010), a partir da Constituição Federal de 1988, deu-se mais atenção às concepções nas Leis sobre as pessoas com deficiência, colocando:

- “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (artigo 3º, inciso IV).

- “todos são iguais perante a Lei” (artigo 5º).

- “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, artigo 205.

- “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e inciso III, “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino” (artigo 206, inciso I).

- “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (artigo 208, inciso III).

A Política Nacional de Educação Especial Pública, em 1994, que concede as vagas nas classes regulares de ensino aos deficientes que têm a capacidade de aprender os conteúdos junto com a turma, ou seja, novamente começa a exclusão, pois não é pedido que o sistema de ensino revisasse seus métodos, pelo contrário, faz-se com que os alunos com deficiência que não conseguem seguir a turma acabem estudando na educação especial.

Outro fator que foi um marco histórico na Educação Inclusiva é a Declaração de Salamanca, na qual os representantes de vários governos se encontraram numa assembleia, em Salamanca, Espanha, em 1994, discutindo princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, reafirmam que a educação é para todos e que os sistemas educacionais é que devem se adequar as necessidades dos deficientes e não o contrário, como era até o momento.

A Declaração de Salamanca proclama que:

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;

- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;

- Sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,

- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,

- Escolas regulares, que possuam tal orientação inclusiva, constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas proveem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional”.

Tivemos o Decreto nº 3.298 regulamentando a Lei nº 7.853/89 que ressalta a educação especial no ensino regular. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, que diz: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”, atendendo as necessidades do educando, não tratando todos iguais, mas sim especificando o atendimento conforme a necessidade de cada aluno, garantindo seu acesso às classes de ensino regular. Depois a Lei nº 10.172/2001 do Plano Nacional de Educação destacou que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana” (BRASIL, 2010, p.13). Enfim, chegamos ao Decreto nº 3.956/2001 (Convenção de Guatemala), que chegou para eliminar todos os tipos de discriminação ou omissão que há contra as pessoas portadoras de deficiência.

Segundo Fávero (2004), a Convenção de Guatemala deixa claro “O Direito a Não-Discriminação e à Inclusão” (p. 35), mas não é bem assim que acontece. A sociedade tenta não discriminar as pessoas com deficiência, e acabam pecando muitas vezes na intenção de ajudar.

Por exemplo, em um parque de diversões, o fato de constar que certos brinquedos não devem ser utilizados por crianças com deficiência pode ser uma atitude discriminatória, ainda que, na grande maioria das vezes, visando o próprio bem de quem tem deficiência. Essa tutela que a sociedade geralmente adota frente a tais pessoas acaba sendo sufocante, pois quase sempre as impede de fruir e gozar de seus direitos. A regra principal para não discriminar é a seguinte: quem deve dar a última palavra sobre o que é recomendado ou não para as pessoas com deficiência são elas próprias ou seus responsáveis (FÁVERO, 2004, p. 35).

Essa atitude deve ser diferente, pois não compete à sociedade dizer o que pode ou não fazer uma pessoa com deficiência, pelo contrário, ela pode começar a mudar

essas atitudes colocando o livre arbítrio a essas pessoas, cabe à sociedade ajustar os acessos para aqueles com limitações e não proibi-los de fazer algo, assim faremos a igualdade.

Ainda conforme Fávero (2004) existe diferença entre a inclusão e a integração. A integração tem o objetivo de inserir as pessoas na sociedade para acabar com a desigualdade, aonde ela vai se adaptar pelo seu esforço. Já a inclusão, tenta encontrar uma maneira de fazer as adaptações necessárias para que as pessoas sejam incluídas.

A Conversão de Guatemala trouxe vários pontos sobre a integração feita antes, e a inclusão que desencadeou movimentos para favorecê-la. “Por exemplo, numa visão apenas de INTEGRAÇÃO, um espaço público deve estar aberto a todas as pessoas, mas não necessariamente adaptado”, já na “perspectiva de INCLUSÃO, não basta admitira a circulação, é preciso criar condições para que ela ocorra, com a eliminação de barreiras arquitetônicas, dentre outras medidas” (FÁVERO, 2004, p.39).

A Convenção de Guatemala tem muito valor, pois foi feita através de um tratado internacional, e, por mais que tenha pessoas com dúvidas quanto a ela, é tão legal quanto às leis e decretos.

Segundo Brasil (2010), a Lei nº 10.436/02, legitimou a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação e expressão. Colocando o estudo de Libras nas formações de professores.

Com a linguagem de LIBRAS legalizada, logo chegou a Portaria nº 2.678/02 do MEC, aprovando o uso do Braille no ensino.

Em 2007, foi publicado o Decreto nº 6.094/2007 para efetivar o Plano de Desenvolvimento da Educação, garantindo o atendimento as necessidades especiais dos alunos com deficiência nas escolas.

Capítulo II- Conhecendo a Síndrome de Down

As pessoas com SD são mais sensíveis do que as normais, mas não é por isso que devemos tratá-las como se fossem doentes. Este capítulo mostrará alguns mitos e verdades sobre o portador da SD.

2.1- Manifestações clínicas

Segundo Saad (2003), a SD era conhecida também como mongolismo, identificada pelo doutor John Langdon Down na Inglaterra em 1866, suas características são: o “atraso no desenvolvimento físico, funcional e mental”, (p.29). Ela ocorre em um acidente genético, onde as células do ser humano contêm 47 cromossomos, ao invés de 46 que seria o normal, é deste cromossomo a mais que surgiu a anomalia. Esse acidente pode ocorrer em qualquer pessoa, independente de raça, etnia e nacionalidade e por ter sido descoberta pelo Dr. John Langdon Down deu-se o nome de síndrome de Down. Existem três tipos de anormalidades cromossômicas:

- A “Trissomia 21, também chamada de trissomia simples, em que os três elementos do par 21 ficam bem identificados. É a mais comum entre os indivíduos com síndrome de Down” (p.37).
- A Trissomia por translocação: “Nesse caso, a síndrome de Down pode ser transmitida por pais jovens e normais, porém com cariótipo da síndrome por translocação, fato chamado de translocação equilibrada” (p.38).
- E o “Mosaicismo, quando somente algumas células têm 47 cromossomos e outras têm 46. Acontece logo após a concepção como um erro na divisão celular” (p.38).

Segundo Pinheiro (2014), o diagnóstico pode ser dado enquanto a criança ainda está na barriga da mãe, através da ultrassonografia, o médico (a) consegue constatar quando o bebê possuem as características da SD, depois é feito um exame mais preciso “o Amniocentese”, onde é coletado o líquido amniótico e através dele é analisado os cromossomos, que confirmará, ou não, se o bebê possui a síndrome.

São várias as características da síndrome de Down:

[...] atraso mental; fraqueza muscular; baixa estatura, por possuir na maioria das vezes um comprimento reduzido do fêmur e útero; anomalia cardíaca; bexiga pequena; prega palmar única; língua (protusa e sulcada); pele na nuca em excesso; ponte nasal achatada; boca pequena; ligamentos soltos; orelhas ligeiramente menores; pequenas dobras da pele dos cantos internos dos olhos; inclinação das fendas das pálpebras; achatamento da parte de trás da cabeça; encurvamento do quinto dígito; aumento da distância entre o primeiro e o segundo dedo do pé; dimorfismo da face e ombro; pescoço curto (PINHEIRO, 2014, p.21-22).

As crianças com SD são sonolentas, têm dificuldade para se alimentar, mas isso pode ser diminuído a partir de estímulos na fase de crescimento. Geralmente 50% dos portadores apresentam problemas oftálmicos.

Eles possuem, na maioria das vezes, as mesmas características, porém não podemos falar que elas terão o mesmo desenvolvimento, pois varia muito entre os indivíduos. Não depende só da alteração cromossômica, pois aqueles que são estimulados desde o nascimento, provavelmente terá um desenvolvimento melhor dos que não possuem estímulo nenhum, além disso, depende muito da convivência social e da sua personalidade, pois eles são como qualquer ser humano, ou seja, nascem com sua própria personalidade.

Conforme Saad (2003), embora ouvimos falar que a mulher mais velha possui maior possibilidade de ter uma criança portadora da SD, isso não foi comprovado, pelo contrário, a maior parte dos bebês gerados com a síndrome são de mulheres com idade abaixo de 35 anos.

2.2- Aspectos neurológicos

Definiam-se a deficiência mental com testes de QI com muitas avaliações, como se todas as crianças fossem todas iguais. Mas esqueciam de que a formação da criança com SD depende muito do convívio social e da família. Assim foi nomeado: “idiotas, os que tinham idades mentais inferiores a 3 anos”; “imbecis, aqueles cujas idades mentais variavam de 3 a 7 anos” e “débeis mentais, quando a idade mental variava entre 8 a 12 anos”(SAAD, 2003, p.45).

A Organização Mundial da Saúde classificou em 1976, que, é deficiente mental a pessoa com o OI inferior a 70.

Segundo Schwatzman (1999), o atraso mental é a característica constante no indivíduo com a síndrome de Down, mesmo assim, hoje em dia os portadores dessa

síndrome são inteligentes, pois são capazes de aprender, na medida do possível, tudo que uma criança normal aprende. “[...] Alguns trabalhos (Connoly, 1978; Shepperdson, 1988) referem que o desenvolvimento de crianças com SD é tão sensível à qualidade do ambiente e respondem aos mesmos fatores que crianças normais...” (SCHAWARTZMAN, 1999, p.59).

Muitas pessoas pecam em achar que o portador da SD vai ficando com a mente mais atrasada conforme o aumento da idade, mas isso só acontece porque os comparam com os indivíduos sem deficiência, sendo assim, é lógico que o portador da SD sempre estará mais atrasado cognitivamente, porém não podemos afirmar que ele está regredindo, varia muito da estimulação e do seu convívio social.

Os testes de QI estão sendo muito discutido sobre essas questões, Schwartzman deixa claro que a SD se manifesta diferente nos portadores, alguns podem ter um atraso mais prolongado e outros menos.

As crianças com 4 a 11 meses de idade portadoras da SD são atrasadas cognitivamente dois meses em relação às crianças sem deficiência. E seu desenvolvimento sensório-motor é igual, porém mais lentos, por isso, é importante a estimulação desde o nascimento.

Estudos realizados com crianças com SD mostram que o brincar segue, mais ou menos, o mesmo padrão que o observado nas crianças de modo geral, muito embora algumas diferenças tenham sido observadas. Elas tendem a manipular e explorar menos, talvez pela sua menor habilidade motora que é evidentemente necessária para a manipulação. Boa parte das crianças com SD demonstra uma atividade lúdica adequada ao seu nível cognitivo, exceto, talvez, por uma dificuldade maior no uso do faz-de-conta. Nesta área, mais uma vez, devemos enfatizar que a estimulação propiciada pelo meio em que a criança vive tem grande importância no sentido de favorecer uma atividade lúdica mais apropriada (SCHAWARTZMAN, 1999, p. 62).

O que as crianças mostram mais, é dificuldade na linguagem, por terem a língua protusa, em virtude da hipotonia, elas não demoram muito para falar, elas têm muito mais dificuldade em emitir as frases do que compreendê-las. “Cerca de 5% das crianças com SD terão uma aquisição muito limitada da fala e poderão não passar do estágio do uso de algumas poucas palavras ou símbolos” (SCHWARTZMAN, 1999, p.63).

2.3- Mito ou Verdade?

Segundo Schwartzman (1999), ouvimos muito a respeito dos portadores da síndrome de Down, mas será que tudo é verdade?

Depois de vários estudos sobre o comportamento dos portadores de SD, foi comprovado que não há características específicas de comportamento nos portadores da SD, depende muito do convívio social e da sua personalidade, como outro indivíduo qualquer.

Para esclarecer algumas dúvidas que ainda existem sobre os portadores da SD, Saad (2003) considera mitos:

- Dizer que eles só vivem até alcançar a puberdade;
- Que só vão aprender a ler e a escrever;
- Dizer que eles são agressivos;
- Só poderão trabalhar em serviços de níveis baixos;
- Só tem a capacidade de aprender de 7/10 anos de idade;
- Terão corpo de adulto e mente de criança;

Werneck (1997) *apud* Saad (2003, p. 35), também cita alguns mitos sobre os portadores da Síndrome de Down:

- “O teste do pezinho dá o diagnóstico dessa condição genética.
- Pessoas com síndrome de Down morrem cedo; não ultrapassam adolescência.
- Não existe negro com síndrome de Down.
- Mulheres com Rh negativo correm maior risco de gerar filhos com síndrome de Down.
- Crianças com síndrome de Down tem necessariamente jeito para música e atividades artísticas.
- Os movimentos do feto, dentro do útero, estão relacionados a bebês comprometidos intelectualmente.
- Só mulheres com mais de 35 anos têm filhos com síndrome de Down.
- Risco é maior no primeiro filho.
- Há uma relação entre síndrome de Down e desnutrição.
- A síndrome de Down é hereditária.
- Jovens com síndrome de Down têm sexualidade exacerbada. Esse mito da hipersexualidade camufla uma realidade dolorosa e contrária. Jovens adultos, homens e mulheres, com deficiência mental, embora tenham fama de agressores são, na prática, vítimas habituais de abuso sexual”.

Depois de citar alguns mitos, Saad (2003) também cita algumas realidades sobre os portadores da síndrome de Down como:

- Os portadores da SD vive o mesmo tempo de uma pessoa sem SD.
- Dependendo da paciência de quem ensina, aprendem a ler e escrever como qualquer outro indivíduo.
- Seu comportamento depende de como é criado, se for criado num ambiente de agressões, provavelmente tende a ser mais agressivo, mas se for criado com amor e respeito, serão afetivos e amorosos e poderão ter a mesma agressividade dos indivíduos sem a SD.
- Não contém graus nos portadores de síndrome de Down é como as pessoas comuns, uns aprendem mais facilmente e outros não, afinal, somos todos diferentes.
- Dependendo da sua capacidade, podem trabalhar em qualquer área e lugar.
- Como qualquer indivíduo os portadores de SD tem a capacidade de aprendizado até a morte.
- Dependendo como se ensina e cria o portador de SD eles podem crescer adultos com maturidade ou imaturos.

Segundo Pinheiro (2014), assim que os pais descobrem que a criança tem SD, devem dar carinho, atenção e estimulá-la desde o nascimento, pois é a estimulação que dará a ela a capacidade do desenvolvimento ao indivíduo com SD, para que ele possa ter as mesmas condições dos que não possui a síndrome.

Capítulo III- O desenvolvimento dos alunos com síndrome de Down na Educação Fundamental I

Há um tempo, era raro vermos crianças com SD no ensino regular. Hoje já é comum dentro dessas classes terem alunos com SD, esse capítulo mostrará como funciona essa inclusão.

3.1- A escola

Segundo Saad (2003), a escola é um agente de desenvolvimento, porém as crianças com SD não são estimuladas na creche, por terem comprometimentos, há um excesso de cuidados, por isso, chegam prejudicadas na pré-escola, e, conseqüentemente no ensino fundamental I. Geralmente, quando estão na creche só recebem estímulos em atendimento especializado.

Conforme Fávero (2004), o mesmo direito que uma criança comum tem de estudar na escola regular pública ou privada, as crianças com deficiências também tem. É dever dos pais matricular seu filho ou pupilo na rede regular de ensino quando tiverem a idade de frequentá-la, independente se a criança possui deficiência ou não, e se tem atendimento especializado, é direito da criança estar na escola regular, como consta No artigo 208, inciso I da Constituição Federal.

Pinheiro (2014) relata que, se os pais forem procurar a escola para matricular seu filho e esta não fizer cumprir a lei, ou não estiver adaptada às condições do seu filho, ele pode procurar outra escola, mas deve denunciar esta as autoridades.

Conforme Unesco (1997) citado por Pinheiro (2014, p.29):

As escolas devem ajustar-se a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito devem incluir-se crianças com deficiência ou superdotadas, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações imigradas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.

Segundo Mills (1999), é na escola que as crianças se transformam, pois é nela que vivem a realidade. Devido ao aumento da população e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20/12/96 a proposta é conectar a escola a realidade, mas não é fácil. Aí que entra a Organização das Nações Unidas utilizando a Declaração de Salamanca colocando requisitos para melhorar o sistema de educação.

Os alunos com deficiência incluem-se melhor com a participação dos pais, da sociedade e dos educadores, pois eles precisam de acompanhamento e adaptações no currículo.

Os alunos com SD estão dentro das escolas interagindo com o meio, mas para isso a criança deve ser tratada igual às outras. Caso não esteja se adaptando, o sistema deve ser mudado e não o deficiente, isso sim é inclusão.

Ainda há muitos pais com medo de matricular seu filho com SD na escola regular, pensando que ele não é capaz de aprender, ou que vai ser motivo de chacota, não dando chance ao filho para provar seu desenvolvimento, isso significa que a criança não aprende porque não tem condições de aprender, mas sim pela falta de oportunidade.

Segundo Nunes, Saia e Tavares (2015), a escola deve ser um espaço para todos, sem nenhuma restrição e independente se a criança tem deficiência ou não. É obvio que todo processo de mudança gera resistência, mas cabe à escola fazer o seu papel e agregar todas as crianças com deficiência.

É importante à criança com síndrome ser incluído nas escolas, porque saem dela com contexto social e a aceitação da sociedade faz bem a eles. Também é importante aos alunos comuns, para que possam viver com as diversidades.

A inclusão é uma troca mútua, pois os deficientes aprendem com a escola e vice-versa. O que a escola não deve fazer é propostas de cuidar da deficiência, mas sim propostas educativas para superação do indivíduo com deficiência.

A escola precisa criar uma ponte de comunicação entre família e escola, e não disputar quem tem mais poder sobre o aluno, pois a ponte liga, enquanto o muro separa, essa ponte será benéfica aos alunos, pais, professores e a comunidade.

Conforme Kupfer e Petri (2000), o fato de a criança estar dentro da escola não garante a inclusão. A escola é um lugar onde a criança pode conviver, compartilhar, interagir, e principalmente se socializar (estar junto). Ela depende do adulto para se sentir incluída, essa inclusão envolve muita gente principalmente no âmbito escolar. Segundo as autoras, a escola produz “laço social”.

3.2 – Os processos de aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos com síndrome de Down

Quando estamos envolvidos em algo que amamos, parece que nada nos importuna. Quando direcionamos nossos afetos em temas que nos fascinam, não economizamos forças até conhecermos os caminhos que nos levam a respostas. Quando estamos trabalhando em ambientes acolhedores, sentimos

que a nossa energia criativa e a nossa disposição para a execução das tarefas parecem ser eternas e inquebrantáveis (CUNHA, 2009, p. 99,100).

Conforme Cunha (2009), quando pensamos em escola inclusiva, achamos que a escola deve estar adaptada estruturalmente ao aluno, mas não é só isso, a escola deve ser um espaço onde esse aluno tende cumprir regras e disciplinas, pois alguns chegam à escola com uma base familiar abalada precisando ser auxiliado em vários sentidos.

A inclusão começa pelo professor, ou seja, pela maneira que ele trata o seu aluno com deficiência, ele não pode olhar como se esse aluno fosse diferente, o professor deve acreditar que esse aluno consegue aprender, pois o processo de inclusão na escola começa com as atitudes do professor dentro da sala de aula.

“Quando acreditamos no indivíduo, no seu potencial humano e na capacidade de construir seu futuro, o incluímos, e nossa atitude torna-se o movimento que dará início ao processo de emancipação...” (CUNHA, 2009, p.101).

Segundo Pinheiro (2014), o professor deve ter paciência, saber como trabalhar na sala de aula para não excluir o aluno portador da SD, deve se informar antes sobre a síndrome para não ser pego de surpresa e não saber o que fazer com o aluno. É bom ao desenvolvimento do aluno que o professor conversa bastante com ele. “É essencial que o professor dê continuidade a este trabalho na escola e que a comunicação seja clara e livre entre ambas as partes, possibilitando maior chance de desenvolvimento pleno da criança com SD” (Pinheiro, 2014, p.54).

Sendo assim, ao trabalhar com os portadores de SD, professor deve buscar conhecimentos não só dos conteúdos aplicados na sala de aula, mas também assuntos que vão beneficiá-los no seu cotidiano, tanto na escola, como fora dela, conteúdos estes que tenham finalidade e importância na vida dos alunos com SD. O professor pode aprender muito nas formações continuadas, é de lá que ele trará assuntos mais relevantes para ser trabalhado na sala de aula.

A única importância à família do portador da SD é que ele cresça um adulto capaz de trabalhar, se sustentar, ir a qualquer lugar sozinho, se socializar com as pessoas, ou seja, que seja totalmente independente. Para tanto é preciso que eles sejam matriculados na escola regular, onde já começa o processo de inclusão, integração e socialização.

A escola tem como função preparar, instrumentalizar a criança para a vida, proporcionando-lhe o desenvolvimento das habilidades físicas e acadêmicas, bem como as habilidades sociais. As experiências escolares devem ajudar a criança a alcançar o sentimento de auto-respeito e satisfação. A escola deve

ainda garantir a oportunidade de maior integração nos relacionamentos com os outros, visando à formação de um cidadão (SAAD, 2003, p. 126).

Conforme Saad (2003) cabe à escola buscar o conhecimento para ganhar o cognitivo dos alunos com SD, fazer com que eles compreendam com a aprendizagem abstrata, pois nas Escolas Especiais, acham que os conteúdos abstratos são de difícil compreensão, sendo assim, adaptam os conteúdos com representações concretas, “(...) porque a tarefa da escola não é adaptar-se ao defeito, mas vencê-lo (...)” (p. 130).

Outra maneira de estimular os deficientes mentais são os jogos, através do lúdico eles internalizam melhor o abstrato, pois aprendem com muito interesse de brincar. O lúdico mostra um grande avanço entre as crianças com deficiência, principalmente em relação aos conceitos, mas para isso acontecer, a professora deve explicar as regras dos jogos de uma maneira que a criança com SD entenda.

Conforme Mills (1999), a professora deve ter uma programação conceitual específico a cada aluno com SD, pois cada um tem dificuldades diferentes, que precisa ser trabalhado na sala de aula, visando sempre o futuro do aluno.

A escola considerar que tem alunos com SD estudando e os atender em todas as áreas, fazendo com que os alunos desenvolvam suas habilidades, essa interação deve ser feita através da socialização. “O professor deve entender no programa a fase do jogo, que é quando se fixam valores, morais, éticos e políticos de maneira mais clara e viva, pois as regras surgem como decorrência da própria necessidade de organização” (MILLS, 1999, p.240).

A entrada do aluno com SD no ensino fundamental traz felicidade e satisfação aos familiares só de pensar que estão convivendo e interagindo com tipos de crianças diferentes, mas também é nessa fase que o aluno deve ter o máximo de apoio para se integrar, pois se houver conflitos, pode prejudicar o processo do ensino-aprendizagem do aluno com SD.

Segundo Pinheiro (2014, p.61) o currículo do ensino fundamental deve seguir ao Parâmetro Curricular Nacional, que são:

- Comunicação / socialização
- Habilidade de autoajuda
- Habilidades motoras / recreação
- Conteúdo acadêmico / conteúdo funcional

A autora também relata que “hoje existem alguns alunos com SD que estão alcançando o Ensino Médio”, e aprendem não somente o que pede no currículo e sim os

prepara a situações do dia-a-dia, como por exemplo, as comunicações, que são essenciais para um cidadão se expressar de uma maneira mais clara e objetiva.

Segundo Bissoto (2005), as crianças com estímulo desde bebê com o sistema de comunicação alternativos/aumentativos, se expressa melhor, pois aprendem mais facilmente as palavras, mesmo não sendo a solução para a linguagem do portador de SD, o sistema ajuda bastante.

A ação educacional ou terapêutica adotada em relação ao portador de Síndrome de Down precisa levar em consideração a concepção de que há necessidades educacionais próprias de aprendizagem relacionadas a especificidades resultantes da síndrome, que devem ser investigadas, reconhecidas e trabalhadas através de técnicas apropriadas, sendo importante a adoção de uma diversidade de recursos instrucionais - e de outras compreensões do tempo/espaço escolar e pedagógico - de maneira a propiciar que as informações sejam mais efetivamente compreendidas/interpretadas. Por outro lado, as ações educacionais e terapêuticas devem também se levar em conta o entendimento de que cada portador de Síndrome de Down possui um processo de desenvolvimento particular, fruto de condições genéticas e sócio-históricas próprias. As políticas de Educação Inclusiva também encontram raízes e justificativas nessa ideia (BISSOTO, 2005, p. 86,87).

Segundo Mills (1999), os professores tem autonomia para adequar suas salas de aula para o convívio social entre os alunos. Para essa socialização é importante colocá-los em grupo.

O professor e os pais não podem subestimar o aluno, tentando protegê-lo, pelo contrário, devem lançar desafios para que o aluno possa desenvolver aos poucos suas habilidades, pois dependendo da maneira que esse aluno é tratado, será sempre excluído e não incluído. O que os professores e a família devem considerar é o processo de ensino- aprendizagem e não o comportamento do aluno, que geralmente é mais visível.

Como o processo de ensino-aprendizagem é mais dificultoso, o professor deve primeiramente avaliar o aluno para saber como irá trabalhar com ele, e qual a melhor maneira de fazê-lo se interessar nos conteúdos.

É na avaliação que o professor saberá o que realmente o aluno aprendeu, podendo adaptar diferente os conteúdos que o aluno não conseguiu aprender da maneira que foi colocado.

O foco principal do ensino fundamental é a alfabetização da criança, ou seja, ela deve sair do ensino médio compreendendo as situações reais do seu cotidiano. Pensando nisto é importante propor atividades de leitura e escrita corrigindo sempre que necessário, e passar para ela os diferentes tipos de textos. O professor também não pode deixar de lado o ensino da Matemática, pois é através dela que a criança aprenderá a

fazer uma compra sozinha, por isso, geralmente, os conceitos da Matemática é trabalhado com situações problemas reais e com objetos concretos.

Mas se a criança não se alfabetizar na idade certa, os pais e professores não precisam se preocupar, pois ela tem o tempo dela, pode ser que se alfabetizará quando estiver mais amadurecida. “É importante lembrar que a criança com SD tem duas idades: a cronológica e a de funcionamento, como, aliás, qualquer criança” (MILLS, 1999, p. 246).

Segundo André (2001), as diferenças nas salas de aula também são importantes, pois o olhar do professor a cada aluno o ajuda a construir suas próprias ideias, ou seja, os professores devem ensinar os mesmos conteúdos a todos os alunos, porém, deve buscar maneiras diferentes para os alunos que têm dificuldades de aprender do modo que está sendo ensinado ao resto da sala. O que ela coloca é que todos os alunos podem aprender, mas cada aluno é diferente um do outro, independente se há deficiência ou não.

Essa diferenciação na sala de aula é uma corrente construtivista e internacionalista, porque o professor traz a autonomia para o aluno criar sozinho suas próprias ideias e conceitos, passando a eles os conteúdos, como um orientador. E também é papel do professor, como orientador, unir o grupo com suas diferenças, para que não haja olhares preconceituosos na sala.

A autora deixa claro que diferenciação não é o mesmo que individualização, por isso, não pode ser confundida dentro da sala de aula, portanto, é importante que o professor converse com o grupo sobre todos os tipos de diferenças.

As formas de concretizar a diferenciação podem variar muito de acordo com uma série de fatores: os recursos de que se dispõe, o grau de liberdade que se tem, o tipo de instituição em que se trabalha, as condições de exercício docente, o apoio técnico disponível (ANDRÉ, 2001, p.21).

Esse “ensino diferenciado” não é fácil de concretizar nas escolas. Os professores vivem em uma luta constante para lidar com os preconceitos, e com o mito do fracasso escolar, que para muitos vem dessas diferenças nas salas de aula, porque infelizmente, muitas pessoas da sociedade acham que o fracasso escolar vem dos alunos pobres e dos deficientes. É aí que está o desafio do professor que deve buscar estratégias para lidar com todos os tipos de alunos.

O que ajuda muito o professor pedagogicamente é a avaliação formativa, a partir dela, ele conduzirá o aluno às aprendizagens. O diagnóstico também é importante

na educação, ele serve como um apoio ao professor, porque é ele que aponta qual o próximo passo que o professor deverá dar com o aluno.

Ferraz, Araújo e Carreiro (2010), colocam um ponto importante no processo de ensino-aprendizagem, é a relação família-escola. Os pais do aluno devem confiar no professor do seu filho, ambos devem saber separar os problemas familiares dos profissionais, devem ser parceiros para tentar minimizar as dificuldades do professor na sala de aula, porém essa comunicação é um tanto complicada, pois muitas vezes o professor não consegue ter esse contato direto com a família, deixando para falar tudo somente na reunião de pais e mestres que ocorre em cada bimestre, ou com recados no caderno.

Segundo Pueschel, (*apud* SAAD, 2003, p.128), “ao contrário do que muitos pensam, todas as crianças têm capacidade para aprender e se beneficiarão por frequentarem classes regulares com o apoio de que necessitam”.

Esse modo de inclusão parte da perspectiva de Vygotsky (comentado por Dantas, 1992), onde ela fala que é através da construção social que o homem se desenvolve, aos poucos o nosso cérebro se plastifica e se desenvolve conforme nossa história de vida. Nosso cérebro é sistematizado funcionalmente.

3.3 – A socialização e autonomia dos portadores de síndrome de Down

Conforme Saad (2003), a sociedade começou a inserir os deficientes nas escolas, no esporte e em práticas de lazer no final dos anos 1960, porém eles precisavam se adaptar ao mundo social e não o contrário, e quando não conseguiam, eram excluídos novamente. Mas, na década de 80, isso mudou, por mais que havia a discriminação, a inclusão dos deficientes era de responsabilidade da sociedade.

Segundo Miller (1998), os pais das crianças com deficiência se preocupam e se perguntam qual será o futuro do seu filho? A maioria, só espera que seu filho seja independente, porém, mesmo o indivíduo estando preparado para enfrentar a sociedade sozinho, muitos pais se sentem inseguros ao deixar seu filho sozinho em determinados lugares, mas precisam ter cuidado para não mostrar essa insegurança a eles, pois ele pode achar que não é capaz e ficar frustrado.

A autora deixa claro que não são todas as crianças com deficiência intelectual que serão totalmente independentes, muitas precisarão de “supervisão e proteção contínuas, devido às necessidades médicas de ordem crônica”, mas que acima de tudo:

Crianças, adolescentes e adultos com necessidades especiais devem ser capazes de aproveitar programas sociais e relativos já existentes na comunidade. Mas até que e, há não ser que haja líderes e profissionais capazes de orquestrar essa inclusão de forma bem-sucedida, continuará havendo necessidade de programas especializados nos quais pessoas com todo esse tipo de deficiência possam se sentir aceitas e realizadas (MILLER, 1998, p.119).

Para que a crianças com necessidades especiais tenham um crescimento com sucesso, precisam ter autoestima física, cognitiva, social e psicológica:

- Na autoestima física, a criança deve gostar do seu corpo, estar bem com ela mesma. Os pais podem ajudar bastante, principalmente na questão da higiene pessoal, nas vestes, e nos esclarecimentos sobre a saúde do ser humano.
- Na autoestima cognitiva, deve aprender que errar é normal, e que ela tem capacidade de aprender tanto quanto as outras crianças. “precisam ter bom senso e capacidade de julgamento: demonstrar curiosidade, imaginação, criatividade e espontaneidade, bem como desenvolver talentos e interesses” (MILLER, 1998, p. 133).
- Na autoestima social, ela deve ter confiança em conversar, brincar e respeitar os colegas para poder ser respeitada.
- Na autoestima psicológica, precisa gostar dela mesma, saber quais são suas “habilidades e limitações”, para encarar a sua deficiência e assim viver melhor.

A criança deve saber sobre sua deficiência, para saber explicar quando alguém perguntar o que ela tem, precisa saber que não existe ser humano perfeito, que todos temos defeitos,

As crianças devem ter esse convívio social desde o nascimento, os pais não podem privá-las do mundo, ela deve aprender as regras e higiene, tanto na sua casa, como em outros ambientes, como se portar diante das pessoas, participar de festas, errar, pois errando também se aprende etc.

Segundo Piaget (1967) citado por La Taille (1992, p. 11), “a inteligência humana somente se desenvolve no indivíduo em função de interações sociais que são, em geral, demasiadamente negligenciadas”, com essa afirmação pode-se dizer que, é importante a relação social e cultural, tanto as crianças normais como as com deficiências, pois para ele o indivíduo se torna social e a partir dessa convivência com outros indivíduos ele começa a construir seu próprio pensamento, tornando-se uma pessoa autônoma.

Capítulo IV- Análise dos dados coletados em uma escola de ensino fundamental I, da rede municipal de Atibaia- SP.

Resolvi fazer essas entrevistas para saber se o que pesquisei, ao longo dessa monografia, está conectado com a realidade dentro das escolas. Além de saber o que os professores e a mãe de uma aluna com SD acham do sistema de ensino, em relação à inclusão dos alunos portadores de deficiência, se eles possuem a capacidade de aprender os conteúdos curriculares e se socializam bem dentro da escola.

4.1- Os entrevistados

Todos os entrevistados, excluindo a A.C.A.B., trabalham na mesma escola de rede regular de ensino, localizado no município de Atibaia-SP, e têm contato direto com os portadores de síndrome de Down na escola.

Foram entrevistados:

- A A.C.A.B. com 46 anos de idade, é Bióloga, tem dois filhos, um menino de 4 anos e uma menina de 9 anos portadora da síndrome de Down;
- A agente de serviços educacionais L.B.K. com 59 anos de idade, formada como técnica de enfermagem, mas atua como agente de serviços educacionais dentro da escola e sua função é acompanhar uma criança com síndrome de Down no período da manhã e outra com paralisia cerebral no período da tarde, atua há 3 anos;
- A agente de serviços educacionais T.F.S., com 30 anos, cursou o ensino médio completo, e trabalha acompanhando uma criança com síndrome de Down no período da manhã e uma com paralisia cerebral no período da tarde, há 3 anos;
- A estagiária de Pedagogia L.S.G., que atua como acompanhante de uma criança com síndrome de Down no período da manhã, há 1 ano e meio;
- A professora J.B.R.S. do ensino fundamental possui formação em Pedagogia, com 49 anos de idade, trabalha há 28 anos como professora;
- A professora E.F.A. do ensino fundamental possui formação em Pedagogia, Magistério e Pós Graduação em Matemática, com 35 anos de idade, trabalha há 16 anos como professora;
- A professora E.C.G.S.do ensino fundamental possui formação em Pedagogia e Pós- Graduação em Gestão do Trabalho Escolar, com 58 anos de idade, trabalha há 23 anos como professora;

- A professora K.F do ensino fundamental possui formação em Pedagogia, com 50 anos de idade, trabalha há 8 anos como professora;
- A professora de Arte J.M.P., com 44 anos de idade, possui formação em Educação Artística e Pedagogia, trabalha há 24 anos como professora de Arte com o ensino fundamental;
- O professor de Educação Física, M.R.A., com 42 anos de idade, possui licenciatura plena em Educação física e trabalha há 17 anos nessa função com o ensino fundamental;
- A coordenadora do ensino fundamental M.P.A.O., com 51 anos de idade, formada em Pedagogia, Pós Graduada em Especialista do Ensino Fundamental 1º ao 5º ano, e em Educação Especial e Educação Inclusiva, atuou 25 anos na Rede Municipal, sendo 12 anos como professora e 13 anos como coordenadora;
- A professora do AEE (Atendimento Educacional Especializado) T.A.P.B.T., com 51 anos de idade, formada em Pedagogia e Pós Graduada em Atendimento Educacional Especializado.

4.2 - As perguntas feitas nas entrevistas:

Para a mãe da aluna com SD:

- a) Qual é o tipo de atendimento que sua filha tem?
- b) A partir de que idade começou esse atendimento?
- c) Sua filha convive com avós, irmão e outros parentes?
- d) Como é o desenvolvimento em relação à família com a portadora de síndrome de Down?
- e) Tem algum tipo de relação social fora da família? Se sim, cite-o.
- f) A sua filha realiza alguma atividade fora da escola? Se sim, qual (is)?
- g) Qual a sua opinião sobre o processo de inclusão escolar e social em geral?
- h) E particularmente no caso da sua filha?
- i) Qual o plano e expectativa a senhora têm para o futuro da sua filha com síndrome de Down?
- j) Qual o plano futuro tecidos pela sua filha em relação a si mesma?
- k) Espaço para observações adicionais espontâneas.

Para a estagiária e as agentes de serviços que acompanham os alunos com SD:

- a) A aluna com síndrome de Down que você acompanha dentro da sala de aula precisa de adaptações nas atividades?
- b) Encontra dificuldade no desenvolvimento do trabalho? Se sim, qual (is)?
- c) Tem apoio pedagógico? Se sim, qual (is)?
- d) Qual o resultado encontrado em seu trabalho?
- e) Qual a importância do profissional de apoio no desenvolvimento dos alunos com síndrome de Down?
- f) Espaço para observações adicionais espontâneas.

Para as professoras:

- a) Qual o trabalho exercido com os alunos portadores da síndrome de Down dentro da sala de aula?
- b) Encontra dificuldade no desenvolvimento do trabalho? Se sim, qual (is)?
- c) Tem apoio pedagógico? Se sim, qual (is)?
- d) Qual o resultado encontrado em seu trabalho?
- e) Qual a importância da alfabetização dos alunos com síndrome de Down para o desenvolvimento do seu trabalho?
- f) Espaço para observações adicionais espontâneas.

Para a professora de Arte:

- a) Qual o trabalho exercido com os alunos portadores da síndrome de Down dentro da sala de aula?
- b) Encontra dificuldade no desenvolvimento do trabalho? Se sim, qual (is)?
- c) Tem apoio pedagógico? Se sim, qual (is)?
- d) Qual o resultado encontrado em seu trabalho?
- e) Qual a importância da Arte no desenvolvimento dos alunos com síndrome de Down?
- f) Espaço para observações adicionais espontâneas.

Para o professor de Educação Física:

- a) Os alunos portadores de síndrome de Down precisam de adaptações nas atividades nas aulas de educação física?
- b) Encontra dificuldade no desenvolvimento do trabalho? Se sim, qual (is)?
- c) Tem apoio pedagógico? Se sim, qual (is)?
- d) Qual o resultado encontrado em seu trabalho?
- e) Qual a importância da Educação Física no desenvolvimento dos alunos com síndrome de Down?

f) Espaço para observações adicionais espontâneas.

Para a coordenadora:

- a) Qual o trabalho exercido com as professoras dos alunos portadores da síndrome de Down?
- b) Qual o objetivo do atendimento prestado?
- c) Encontra dificuldade no desenvolvimento do trabalho? Se sim, qual (is)?
- d) Qual o resultado encontrado em seu trabalho?
- e) Qual a importância da alfabetização dos alunos com síndrome de Down para o desenvolvimento do seu trabalho?
- f) Espaço para observações adicionais espontâneas.

Para a professora do Atendimento Educacional Especializado:

- a) Qual o trabalho exercido com alunos portadores da síndrome de Down?
- b) Qual o objetivo do atendimento prestado?
- c) Encontra dificuldade no desenvolvimento do trabalho? Se sim, qual (is)?
- d) Qual o resultado encontrado no seu trabalho?
- e) Qual a importância da alfabetização dos alunos com síndrome de Down para o desenvolvimento do seu trabalho?
- f) Espaço para observações adicionais espontâneas.

4.3 - Os resultados:

A A.C.A.B., mãe da aluna com SD, afirma que sua filha começou o tratamento com a Fonoaudióloga aos 2 meses de idade e com a Psicóloga aos 2 anos e que continua até o momento aos 9 anos de idade.

Sua filha tem bom relacionamento com os familiares e amigos. É tratada como qualquer criança e seu desenvolvimento perante a família foi normal. Frequenta restaurantes, parques e casas de amigos com bom relacionamento social como todas as pessoas.

Em relação ao processo de inclusão a mãe fala que na escola onde sua filha estuda há um processo de inclusão, mas em outras escolas, escolas particulares e das estaduais esse processo está atrasado, e que sua filha está se desenvolvendo bem e crê que seja devido à inclusão.

Na questão sobre as expectativas sobre o futuro da sua filha, ela fala que seus planos são que ela se torne uma adulta independente e que consiga realizar tarefas

comuns, sozinha. E que a própria acredita nessa independência, pois quer trabalhar e ter filhos.

Relata que não podemos subestimar as pessoas com síndrome de Down, pois cada uma têm seu tempo, acredita que seu desenvolvimento será cada vez melhor se tiverem amor, incentivos e oportunidade, com isso ganharão sua independência.

As agentes de serviços educacionais L.B.K. e T.F.S., ambas relatam que as alunas que cuidam necessitam de adaptações nas atividades dentro da sala de aula, porém elas tem dificuldades em ajudar as alunos, pois ambas não são capacitadas para o trabalho, a T.F.S diz não ter apoio pedagógico o suficiente e a L.B.K diz que há apoio pedagógico da professora do Atendimento Educacional Especializado.

Na questão onde pergunto se encontram resultados em seu trabalho, a L.B.K relata que encontra pouco resultado, e a T.F.S. encontra melhora no comportamento, mais independência nas realizações de afazeres e melhor desenvolvimento na parte cognitiva.

Ambas concordam que sua relação com as alunas é importante, tanto nas execuções das tarefas dentro da sala de aula, como na socialização com outros alunos. A LB.K. adiciona que falta materiais específicos a essas crianças e que atenta as dificuldades de cada caso. Já a T.F.S. adiciona que mesmo que as alunas com síndrome de Down consigam fazer as atividades sozinhas é preciso uma pessoa ao seu lado para instruí-la e insistir para que sejam realizadas.

A estagiária L.S.G. relata que a maioria das atividades são adaptadas para a aluna, pois ela tem dificuldade de compreensão. Encontra dificuldade de trabalhar corretamente com a aluna porque não tem apoio da coordenação e da professora do Atendimento Educacional Especializado, por outro lado ela diz que tem apoio da professora de classe.

Quanto à questão dos resultados encontrados, ela diz que ele é lento, mas que a aluna que acompanha se desenvolveu muito esse ano em relação à alfabetização. Diz também que é importante o aluno ter um profissional de apoio, pois ele auxilia nas dificuldades de desenvolver o cognitivo para que haja o desenvolvimento. Adicionou que para melhorar o trabalho do profissional de apoio com os alunos com síndrome de Down, deveria haver formações específicas para aprenderem sobre a deficiência.

As professoras J.B.R.S., E.F.A., E.C.G.S. e a K.F. concordam que os conteúdos devem ser o mesmo passado à classe, porém devem ser adaptados para as crianças com

deficiência. Todas encontram dificuldades no desenvolvimento de seu trabalho, mas tem a ajuda das agentes e da estagiária que atuam como profissional de apoio.

Na questão sobre os resultados encontrados elas, a professora E.C.G.S. tem a expectativa dentro da capacidade de cada aluno, já as outras viram resultados satisfatórios tanto socialização como na alfabetização, entretanto todas concordam que a alfabetização é importante para todos os alunos, inclusive os que possuem a síndrome de Down, pois é através dela que o indivíduo vai se tornar independente para enfrentar o mundo letrado.

Nos adicionais, a professora E.F.A. relata que a inclusão dos alunos com síndrome de Down é enriquecedor para todos os envolvidos e ressalta que é importante um profissional de apoio para auxiliar o desenvolvimento das atividades e promover o sucesso concomitante com os demais alunos. A professora J.B.R.S. diz que quando passamos a conviver com esses alunos, passamos a olhar o mundo de forma diferente e que todos são capazes de aprender só depende de estímulos.

A professora de Arte J.M.P. relata procura levar os alunos a descobrir, através da Arte, possibilidades e habilidades, ensinando-os a expressar seus sentimentos, emoções, criatividade e imaginação. Não encontra dificuldade no desenvolvimento do seu trabalho, mas afirma que é importante a presença de um profissional de apoio. Tem apoio pedagógico de uma coordenadora da área. O resultado encontrado em seu trabalho reflete na autoestima e na expressão de ideias e sentimentos. Para a professora a Arte é importante, pois ajuda a formar um sujeito crítico, reflexivo, criador e inovador. E adiciona que a Arte não discrimina, não separa e não classifica, ela apenas valoriza a singularidade.

O professor de Educação Física diz que não encontra dificuldade no desenvolvimento de seu trabalho, pois não precisa adaptar os exercícios para os deficientes, eles fazem as mesmas atividades que os outros alunos, todos têm um profissional de apoio na aula, percebe que os alunos com deficiência teve evolução nas aulas. A importância da Educação Física é a mesma que para os outros alunos, pois ele trata todos iguais. Reforça que existem alunos com síndrome de Down que possuem algum comprometimento físico/motor e cognitivo, mas que no geral são sempre ativos, e participativos nas aulas de Educação Física.

A coordenadora M.P.A.O. diz que exerce o trabalho de orientar as professoras e agentes sobre cada aluno com síndrome de Down, pois cada um tem sua dificuldade diferenciada. O objetivo do seu atendimento prestado é garantir que a criança com

síndrome seja inserida o mais próximo do mundo real, progredindo e atuando com maior autonomia. A dificuldade que encontra é a aceitação do indivíduo e suas limitações, atuação, pontualidades acerca dos estudos para mediar o aluno com necessidades educacionais, outros.

Quanto à questão sobre quais são os resultados do seu trabalho? A coordenadora me respondeu que a meta é não esmorecer jamais e usar de todos os subsídios, objetivando que o mínimo seja realizado efetivamente desde que com qualidade. Sobre a importância da alfabetização para os alunos com síndrome de Down ela diz que não podemos é desacreditar, as crianças com síndrome, na medida do possível, serão mediadas tanto quanto os outros alunos, pois é de direito que a criança receba intervenções condizentes, capazes de oportunizar que o processo ensino-aprendizagem decorra.

A coordenadora adiciona que mantém registros das circunstâncias mais expressivas em sala de aula, mesmo porque são necessárias para um momento de diálogo com os pais. Toda área exige que tenhamos um olhar atento e individualizado.

A professora do Atendimento Educacional Especializado, respondeu que seu trabalho com as crianças com síndrome de Down é auxiliá-los a ter mais desempenho pessoal e acadêmico, com o objetivo de terem uma vida mais independente dentro de seus limites. Ela encontra dificuldades nas faltas de recursos e o tempo é curto para aprenderem as coisas da vida, por isso, faz o melhor com o tempo que dispõe.

Os resultados encontrados em seu trabalho é a melhora na aprendizagem na sala de aula regular e autoestima, pois na sala do AEE todos têm dificuldades e ajuda a criança entender que há outros com dificuldades e não só ela. Para ela a importância do atendimento especializado é ver quando o aluno está avançando cada vez mais e sente que são capazes, isso é muito gratificante. E adiciona que o trabalho com deficiente é um trabalho de conta gotas. O resultado é lento, temos que ter forças e procurar novas estratégias e às vezes começar do zero porque tem aluno que estuda hoje e amanhã já esqueceu. Ela ama o que faz e este sentimento dá forças para continuar, pois há muitas adversidades para enfrentar.

4.4 - Análise dos resultados

Em relação à mãe A.C.A.B. pelos dados coletados na entrevista observe-se uma satisfação com a inclusão da sua filha na escola de rede regular de ensino, sua filha é tratada do mesmo jeito que os outros alunos e isso a ajuda nas tarefas tanto escolar

como social, pois ela tem uma vida social normal, mas não deixa de citar que devemos acreditar que os alunos com síndrome de Down são capazes de fazer muitas coisas, sozinhos.

Em relação às agentes de serviços educacionais L.B.K. e T.F.S., e a estagiária L.S.G. que acompanham alunas com síndrome de Down dentro da sala de aula, o resultado da inclusão ainda não é plenamente satisfatório, pois falta recurso para elas trabalharem com as alunos e formação adequada, por outro lado viram uma melhora no desenvolvimento das alunas em relação ao comportamento social e acadêmico.

Em relação às professoras da sala de aula das alunas com síndrome de Down K.F., E.F.A., J.B.R.S., E.C.G.S., pude observar que as alunas estão apresentando desenvolvimento na alfabetização e na socialização, para tanto é necessário ajuda das profissionais de apoio.

Em relação à professora de Arte J.M.P., as alunas com síndrome de Down estão se desenvolvendo cognitivamente e emocionalmente nas aulas de Arte, mas também destaca que precisa ter um profissional de apoio para que esse trabalho seja bem realizado com as alunas.

Em relação ao professor de Educação Física M.R.A., as alunas tem uma aula normal como os outros alunos, fazem as mesmas coisas, não precisam de material adaptados, e se socializam muito bem em grupo, mas também não deixa de dizer que as alunas são acompanhadas pela sua profissional de apoio nas aulas.

Em relação à coordenadora M.P.A.O., as alunas são monitoradas pelos professores e profissionais de apoio que fazem o possível para realizar um bom trabalho dentro da sala de aula. Esses trabalhos são registrados através de portfólios, assim ela pode observar a evolução das alunas e quando necessário mostrar aos pais.

Em relação à professora do Atendimento Educacional Especial T.A.P.B.T., as alunas com síndrome de Down estão se desenvolvendo no aprendizado e ganhando autoestima, ela não deixa de dizer que “todos são capazes”.

4.5 - Teoria versus resultados

Na teoria, os livros mostram que é possível uma inclusão a partir da dedicação e paciência do professor, também se deve ter ligações entre todos os envolvidos com o aluno, pois o trabalho em conjunto é importante no desenvolvimento do aluno, todos devem trabalhar da mesma maneira e para um bem comum.

Os resultados mostram alguma controvérsia em relação à teoria, ambas mostram que o aluno se desenvolve bem tanto na alfabetização, como na socialização, porém não há ligações entre os profissionais, poucos se sentem amparados e preparados para trabalhar com alunos com síndrome de Down.

Conclusão

Conforme vemos nos dias de hoje, parece que o trabalho de inclusão está sendo feito há pouco tempo, mas as pesquisas mostraram o contrário, a inclusão começou há muitos anos, no final da década de 60, mas só foi concretizada nos anos 80.

Vemos que essa inclusão tem sido muito satisfatória para os portadores de necessidades especiais, através dela, eles têm uma chance de viver livre e independente na sociedade, como cidadão digno dos seus direitos e deveres. Isso está ocorrendo porque as escolas estão corrigindo os erros da inclusão do passado, além de cumprirem as Leis, estão tendo um olhar diferenciado no ensino-aprendizagem dos portadores de necessidades especiais.

Apesar de muitas pessoas, durante anos, acharem que os portadores da SD não eram capazes de se alfabetizar, a pesquisa mostra o contrário. Conforme estudos realizados sobre o processo de desenvolvimento dos alunos com SD na escola regular, conclui-se que eles são capazes de aprender, tanto quanto os alunos normais, basta uma atenção maior do professor dentro da sala de aula, na maneira de passar os conteúdos, e principalmente da paciência, pois não é fácil explicar várias vezes a mesma coisa ao aluno, mas, com paciência, o professor conseguirá atingir seu objetivo que é a alfabetização desse aluno. Vimos também que muitas as escolas de hoje não estão devidamente adaptadas para receber os alunos com necessidades especiais, porém fazem o que podem no momento para dar as condições necessárias a eles.

Perante a análise das entrevistas, pude observar que há inclusão na escola municipal da cidade de Atibaia-SP, pois não é toda escola municipal que possui um profissional de apoio dentro da sala de aula auxiliando o professor com os alunos com deficiências, por outro lado, faltam formações específicas sobre as deficiências, pois fica difícil trabalhar com competência sem essa formação.

Mesmo assim, os dados mostram que os alunos com SD estão evoluindo e se desenvolvendo cada vez mais na escola, fico feliz em dizer que:

“Somos diferentes sim, mas somos todos seres humanos, e devemos ser tratados como tal...”

Referências bibliográficas

ANDRÉ, Marli e organizadores. **Pedagogia das diferenças na sala de aula**. 2ª Edição. Campinas: Papirus, 2001.

BISSOTO, Maria Luiza. Desenvolvimento Cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais. **Ciências & Cognição** 2005. Rio de Janeiro- RJ. Volume 04. Disponível em: <<http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/485>> Acesso em: 31 mar. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria da Educação Especial, 2010.

CARDOSO, Marilene da Silva. Aspectos históricos da Educação Especial: da exclusão à inclusão - uma longa caminhada. IN STOBBAUS, Claus Dieter; MOSQUERA, Juan José Mouriño. **Educação Especial: em direção à educação inclusiva**. 2ª edição. Porto Alegre- RS. EDIPUCRS, 2004. 271p. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/digitalizacao/diversos/85-7430-354-2.pdf>>

CUNHA, Antônio Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: Wak, Edição, 2009.

LA TAILLE, Yves, OLIVEIRA, Marta Kohl de, DANTAS, Heloysa. **Teorias psicogenéticas em discussão**. 18ª Edição. São Paulo: Summus, 1992.

FÁVERO, Eugênia Augusta Gonzaga. **Direitos das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA - Edição 2004.

FERRAZ, Clara Regina Aballa; ARAÚJO, Marcos Vinícius de; CARREIRO, Luiz Renato Rodrigues. Inclusão de crianças com Síndrome de Down e paralisia cerebral no ensino fundamental I: comparação dos relatos de mães e professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília- SP. Volume 16, n. 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382010000300006> Acesso em: 04 nov. 2010.

KUPFER, Maria Cristina M.; PETRI, Renata. "Por que ensinar a quem não aprende?" Estilos da clinica. São Paulo- SP. Volume 5, n. 9, p. 109-117, 2000 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282000000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jul. 2017.

LIMA, Lauro de Oliveira. **A construção do homem segundo Piaget: uma teoria da educação**. 3ª Edição: São Paulo. Summus editorial, 1984. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=zU-8YYDJfcEC&printsec=frontcover&dq=Piaget&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjC-P-GjLjQAhXDipAKHRoNDxwQ6AEIODAF#v=onepage&q=Piaget&f=false>>

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5 Edição. São Paulo: Cortez, 2005.

MILLER, Nancy B. **Ninguém é perfeito: Vivendo e crescendo com crianças que têm necessidades especiais**; Tradução Lucia Helena Reily. 2ª Edição. Campinas: Papyrus, 1995.

MILLS, Nancy Derwood. A educação da criança com síndrome de Down. IN SCHWARTZMAN, José Salomão e colaboradores. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie: Memnon, 1999.

NUNES, Sylvia da Silveira; SAIA, Ana Lucia; TAVARES, Rosana Elizete. Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família. Psicologia: Ciência e Profissão. Brasília- DF. Volume 35, n.4, pp.1106-1119. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v35n4/1982-3703-pcp-35-4-1106.pdf>> Acesso em: 27 nov.2015.

PINHEIRO, Luciana Madsen. Estou aqui professor, e agora? A Educação da Criança com Síndrome de Down. Rio de Janeiro: cvi, 2014.

SAAD, Suad Nader. **Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com Síndrome de Down**. 1ª Edição. São Paulo: Vetor, 2003.

SCHWARTZMAN, José Salomão e colaboradores. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie: Memnon, 1999.

SCHWARTZMAN, M. Lilian Costa. IN SCHWARTZMAN, José Salomão e colaboradores. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie: Memnon, 1999.

SILVA, Maria de Fátima Minetto Caldeira; KLEINHANS, Andréia Cristina dos Santos. Processos cognitivos e plasticidade cerebral na Síndrome de Down. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Volume 12,n.1. Marília –SP. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382006000100009> Acesso em: 30 abr. 2006.

Anexo 1

Entrevista com a mãe da aluna com síndrome de Down matriculada no 4ºAno do Ensino Fundamental I na escola pública regular.

Identificação e informações familiares.

Nome e idade: A.C.A.B., 46 anos

Escolaridade: Ensino Médio

Profissão: Bióloga

Número de filhos: 2

Idade dos filhos: uma menina com 9 e um menino com 4.

Histórico sobre o desenvolvimento da filha.

a) Qual é o tipo de atendimento que sua filha tem?

R: Fonoaudiologia e Psicologia

b) A partir de que idade começou esse atendimento?

R: Com a fonoaudióloga começou com 2 meses e com a psicóloga com 2 anos.

c) Sua filha convive com avós, irmão e outros parentes?

R: Sim, com avós, irmão, tios e primos.

d) Como é o desenvolvimento em relação à família com sua filha?

R: O desenvolvimento foi normal, desde o nascimento a tratamos igual a qualquer criança.

e) Tem algum tipo de relação social fora da família? Se sim, cite-o.

R: Sim. Tem uma relação social como todas as pessoas, vamos a restaurantes, parques, casa de amigos, ela se relaciona com todos.

f) A sua filha realiza alguma atividade fora da escola? Se sim, qual (is)?

R: Sim, com a fonoaudióloga e com a psicóloga.

g) Qual a sua opinião sobre o processo de inclusão escolar e social em geral?

R: A inclusão está praticamente começando. Na escola onde minha filha estuda a inclusão acontece, porém, vejo que em escolas particulares e do Estado esse processo está muito atrasado.

h) E particularmente no caso da sua filha?

R: No caso da minha filha, a inclusão acontece, ela está se desenvolvendo bem, creio que devido a inclusão escolar.

i) Qual o plano e expectativa à senhora tem para o futuro da sua filha com síndrome de Down?

R: Meus planos são que ela se torne uma adulta o mais independente possível, que consiga realizar tarefas comuns sozinha.

j) Qual o plano futuro tecidos pela sua filha em relação a si mesma?

R: Ela acredita que terá independência, fala que irá trabalhar e ter filhos.

k) Espaço para observações adicionais espontâneas.

R: Acredito que o desenvolvimento das pessoas com síndrome de Down será cada vez melhor se dermos incentivos, amor e oportunidades a elas. Não podemos subestimá-las e também acreditamos que são capazes de seguirem suas vidas com independência, cada uma no seu tempo.

Anexo 2

Entrevista com a profissional de apoio da escola pública de Ensino Fundamental I

Nome: L.B.K.

Idade: 59 anos

Formação: Técnico de enfermagem

Profissão/Função: Agente de serviços educacionais

Tempo de exercício na função: 3 anos

- a) A aluna com síndrome de Down que você acompanha dentro da sala de aula precisa de adaptações nas atividades?

R: Sim.

- b) Encontra dificuldade no desenvolvimento do trabalho? Se sim, qual (is)?

R: Sim. Não sou capacitada para trabalhar nessa área, apenas formações rápidas oferecidas pela empresa. Falta de materiais apropriados.

- c) Tem apoio pedagógico? Se sim, qual (is)?

R: Som. A professora e profissional do AEE (Atendimento Educacional Especializado).

- d) Qual o resultado encontrado em seu trabalho?

R: Muito pouco

- e) Qual a importância do profissional de apoio no desenvolvimento dos alunos com síndrome de Down?

R: É de muita importância porque o aluno se desconcentra muito fácil, perde interesse rápido nas atividades e pouco sociáveis.

- f) Espaço para observações adicionais espontâneas.

R: Falta de profissional e material específico para o atendimento a essas crianças, que atenda às dificuldades de cada caso.

Anexo 3

Entrevista com a profissional de apoio da escola pública de Ensino Fundamental I

Nome: T.F.S.

Idade: 30 anos

Formação: Ensino Médio Completo

Profissão/Função: Agente de serviços educacionais

Tempo de exercício na profissão/Função: 3 anos

- a) A aluna com síndrome de Down que você acompanha dentro da sala de aula precisa de adaptações nas atividades?

R: Sim.

- b) Encontra dificuldade no desenvolvimento do trabalho? Se sim, qual (is)?

R: Sim. As crianças tem dificuldade em atender as comandas, faz birra, se recusa a fazer as tarefas.

- c) Tem apoio pedagógico? Se sim, qual (is)?

R: Não o suficiente.

- d) Qual o resultado encontrado em seu trabalho?

R: Melhor comportamento, mais independência na realização de afazeres, melhor desenvolvimento na parte cognitiva.

- e) Qual a importância do profissional de apoio no desenvolvimento dos alunos com síndrome de Down?

R: Além das necessidades básicas de ir ao banheiro, da socialização sem agredir os colegas, a perseverança em insistir na execução das atividades.

- f) Espaço para observações adicionais espontâneas.

R: Observando algumas crianças com síndrome de Down, percebemos que mesmo eles conseguindo fazer as atividades, a sempre a necessidade de alguém ao lado instruindo e insistindo para que sejam feitas.

Anexo 4

Entrevista com a profissional de apoio da escola pública de Ensino Fundamental I

Nome: L.S.G.

Idade: 22 anos

Formação: Cursando Pedagogia

Profissão/Função: Estagiária

Tempo de exercício na profissão/Função: 1 ano e meio

- a) A aluna com síndrome de Down que você acompanha dentro da sala de aula precisa de adaptações nas atividades?

R: Sim, pois a maioria das atividades ela não compreende.

- b) Encontra dificuldade no desenvolvimento do trabalho? Se sim, qual (is)?

R: Sim, falta de tempo para trabalhar melhor com a aluna e falta de apoio por parte da coordenação e profissional de AEE.

- c) Tem apoio pedagógico? Se sim, qual (is)?

R: Não como deveria, o maior apoio é da professora da classe da aluna.

- d) Qual o resultado encontrado em seu trabalho?

R: O processo é lento, mas nesse um ano e meio que estou com essa aluna, vejo que ela já se desenvolveu muito com relação à alfabetização.

- e) Qual a importância do profissional de apoio no desenvolvimento dos alunos com síndrome de Down?

R: Muito importante, pois a maioria dos alunos com SD têm dificuldade em desenvolver o cognitivo e o profissional auxilia para que haja esse desenvolvimento.

- f) Espaço para observações adicionais espontâneas.

R: Acredito que para o melhor desenvolvimento do trabalho com os alunos com SD, deveria haver formações específicas para os profissionais aprenderem sobre a deficiência.

Anexo 5

Entrevista com a professora da escola pública de Ensino Fundamental I

Nome: J.B.R.S.

Idade: 49 anos

Formação: Pedagogia

Profissão: Professora do Ensino Fundamental I

Tempo de exercício na profissão: 28 anos

a) Qual o trabalho exercido com os alunos portadores da síndrome de Down dentro da sala de aula?

R: As atividades são direcionadas a cada particularidade e são adaptações do conteúdo curricular, para que sejam atingidos os objetivos gerais.

b) Encontra dificuldade no desenvolvimento do trabalho? Se sim, qual (is)?

R: Sim. Por ser a primeira vez que me deparo com tal situação, encontrei dificuldades em como lidar, desenvolver as habilidades, como adaptar atividades para atingir os objetivos propostos com solidez.

c) Tem apoio pedagógico? Se sim, qual (is)?

R: Sim, pude contar com o apoio da agente educacional e da professora do AEE.

d) Qual o resultado encontrado em seu trabalho?

R: Para se obter bons resultados há a necessidade de se criar vínculos e afinidade. Diante disso posso afirmar que a aluna apresentou bom desenvolvimento na habilidade de leitura.

e) Qual a importância da alfabetização dos alunos com síndrome de Down para o desenvolvimento do seu trabalho?

R: O professor começa a valorizar outros aspectos importantes para o desenvolvimento cognitivo dos alunos

f) Espaço para observações adicionais espontâneas.

R: O professor passa a olhar para a vida em outro ângulo. E encarar o aprendizado dos alunos de outra forma, percebendo que o estímulo, carinho e amor é fundamental para o aprendizado

Anexo 6

Entrevista com a professora da escola pública de Ensino Fundamental I

Nome: E.F.A.

Idade: 35 anos

Formação: Pedagogia/ Magistério/ Pós Graduada

Profissão: Professora do Ensino Fundamental I

Tempo de exercício na profissão: 16 anos

- a) Qual o trabalho exercido com os alunos portadores da síndrome de Down dentro da sala de aula?

R: A adequação curricular é o norte do trabalho da sala de aula, onde o conteúdo abordado é o mesmo a todos, mas com as atividades pertinentes as habilidades dos alunos.

- b) Encontra dificuldade no desenvolvimento do trabalho? Se sim, qual (is)?

R: A dificuldade está na adequação do tempo, pois se torna muito rápido o momento de intervenção diante da demanda do aluno com SD em comunhão com as demais necessidades da turma.

- c) Tem apoio pedagógico? Se sim, qual (is)?

R: Contamos com agentes educacionais e com suportes especializados para cada tipo de inclusão.

- d) Qual o resultado encontrado em seu trabalho?

R: O trabalho tem apresentado bons resultados, tanto na parte pedagógica, quanto social, o resultado é mensurado muito positivo.

- e) Qual a importância da alfabetização dos alunos com síndrome de Down para o desenvolvimento do seu trabalho?

R: A alfabetização plena vai se tornando mais importante de acordo com a faixa etária do aluno. Mas o levantamento e a oralidade deve ser o carro chefe do trabalho com os alunos, principalmente daqueles com SD.

- f) Espaço para observações adicionais espontâneas.

R: A inclusão de alunos com SD é enriquecedor para todos os envolvidos. Vale ressaltar a importância de um mediador para auxiliar o desenvolvimento das atividades e promover o sucesso concomitante com os demais alunos.

Anexo 7

Entrevista com a professora da escola pública de Ensino Fundamental I

Nome: E.C.G.S.

Idade: 58 anos

Formação: Pedagogia / Pós Graduada em Gestão do Trabalho Escolar

Profissão: Professora do Ensino Fundamental I

Tempo de exercício na profissão: 23 anos

- a) Qual o trabalho exercido com os alunos portadores da síndrome de Down dentro da sala de aula?

R: Muita participação oral, com questionamentos de situações mais simples do que para os outros alunos. A mesma aula para todos, mas na hora do registro ele faz o que está dentro de suas possibilidades, elogiando sempre o que ele faz.

- b) Encontra dificuldade no desenvolvimento do trabalho? Se sim, qual (is)?

R: Sim, falta de capacitação para que se desenvolva um trabalho de qualidade.

- c) Tem apoio pedagógico? Se sim, qual (is)?

R: Apenas de uma estagiária durante o tempo da capacidade do aluno, visando sempre ampliar sua potencialidade.

- d) Qual o resultado encontrado em seu trabalho?

R: Tenho o nível de expectativa de resultados dentro da capacidade do aluno, visando sempre ampliar sua potencialidade.

- e) Qual a importância da alfabetização dos alunos com síndrome de Down para o desenvolvimento do seu trabalho?

R: Principalmente a interação direta desse aluno, reforçando seu entendimento sobre os assuntos discutidos em sala ou ambiente social, ampliar seu vocabulário e entendimento de um mundo letrado.

- f) Espaço para observações adicionais espontâneas.

Anexo 8

Entrevista com a professora da escola pública de Ensino Fundamental I

Nome: K.F.

Idade: 50 anos

Formação: Pedagogia

Profissão: Professora do Ensino Fundamental I

Tempo de exercício na profissão: 8 anos

- a) Qual o trabalho exercido com os alunos portadores da síndrome de Down dentro da sala de aula?

R: As atividades são adequadas e por amostragem. O conteúdo é o mesmo, mas trabalhando de forma mais lúdica.

- b) Encontra dificuldade no desenvolvimento do trabalho? Se sim, qual (is)?

R: Sim. A rotina da sala é agitada e mesmo tendo profissional de apoio, em muitas situações não consigo realizar o trabalho que gostaria. Há falta de capacitação e material para as atividades.

- c) Tem apoio pedagógico? Se sim, qual (is)?

R: Muito pouco.

- d) Qual o resultado encontrado em seu trabalho?

R: A aluna vem apresentando desenvolvimento em várias áreas. Buscamos, eu e a profissional de apoio, trabalhar a oralidade e a socialização.

- e) Qual a importância da alfabetização dos alunos com síndrome de Down para o desenvolvimento do seu trabalho?

R: É de extrema importância, não só para o meu trabalho, como para aumentar as possibilidades do desenvolvimento da autonomia da aluna.

- f) Espaço para observações adicionais espontâneas.

R: Preocupa-me a forma como as inclusões estão sendo realizadas. Os responsáveis mais informados conseguem usufruir alguns direitos adquiridos. Os desatentos se conformam com o simples fato da criança frequentar a escola.

Anexo 9

Entrevista com a professora de Arte da escola pública de Ensino Fundamental I

Nome: J.M.P.

Idade: 44 anos

Formação: Educação Artística / Pedagogia

Profissão: Professora de Arte

Tempo de exercício na profissão: 24 anos

- a) Qual o trabalho exercido com os alunos portadores da síndrome de Down dentro da sala de aula?

R: Procuo leva-los a descobrir através da Arte, possibilidades e habilidades num mundo que, no início, é muito restrito, ensiná-los a expressar seus sentimentos, emoções, criatividade e imaginação.

- b) Encontra dificuldade no desenvolvimento do trabalho? Se sim, qual (is)?

R: Não, mas é importante valorizar a presença dos profissionais de apoio.

- c) Tem apoio pedagógico? Se sim, qual (is)?

R: Sim. Na rede municipal, contamos com uma coordenadora da área da Arte.

- d) Qual o resultado encontrado em seu trabalho?

R: Percebo ao longo do meu trabalho, que a Arte assume o papel de facilitadora dessa aprendizagem, o resultado encontrado se reflete na autoestima e na expressão de ideias e sentimentos.

- e) Qual a importância da Arte no desenvolvimento dos alunos com síndrome de Down?

R: O ensino da Arte é muito importante na medida em que ajuda a formar um sujeito reflexivo, criativo e inovador.

- f) Espaço para observações adicionais espontâneas.

R: Sinto um grande prazer em trabalhar a Arte com crianças com deficiência, porque a Arte não discrimina, não separa, nem classifica, ela apenas valoriza a singularidade.

Anexo 10

Entrevista com o professor de Educação Física da escola pública de Ensino Fundamental I

Nome: M.R.A.

Idade: 42 anos

Formação: Licenciatura Plena e Educação Física

Profissão: Professor de Educação Física escolar e de Academia

Tempo de exercício na profissão: 17 anos

a) Os alunos portadores de síndrome de Down precisam de adaptações nas atividades nas aulas de educação física?

R: Nas minhas aulas não, eles desenvolvem tudo que é proposto nas aulas sem restrição.

b) Encontra dificuldade no desenvolvimento do trabalho? Se sim, qual (is)?

R: Com os alunos que tenho hoje na rede municipal não encontro não, todos realizam os exercícios sem o menor problema.

c) Tem apoio pedagógico? Se sim, qual (is)?

R: Sim. Todos os alunos são acompanhados por uma profissional de apoio.

d) Qual o resultado encontrado em seu trabalho?

R: Eu percebo que todos os alunos com SD gostam muito das aulas e percebo também a evolução deles.

e) Qual a importância da Educação Física no desenvolvimento dos alunos com síndrome de Down?

R: Em minha opinião os alunos com SD não apresentam dificuldade para realizar as aulas de Educação Física, portanto os trato da mesma forma que os outros alunos, sendo assim, a importância é a mesma que para todos.

f) Espaço para observações adicionais espontâneas.

R: Apenas reforçando que tenho o conhecimento que existem portadores da SD que possuem alguns comprometimentos físico/motor e até mesmo cognitivo, mas no geral, eles são sempre muito ativos e participativos nas aulas de Educação Física.

Anexo 11

Entrevista com a coordenadora da escola pública de ensino fundamental I

Nome: Mary Patrocínio Ananias Oliveira

Idade: 51 anos

Formação: Pedagogia, Pós Graduada: Especialista do Ensino Fundamental 1º ao 5º anos, Pós em Educação Especial e Educação Inclusiva.

Profissão/função: Coordenadora de Ensino Fundamental – Escola **Ciem- Centro Integrado de Educação Municipal. Atibaia- SP**

Tempo de exercício na profissão/função: 25 anos de Rede Municipal, sendo 13 anos na coordenação.

a) Qual o trabalho exercido com as professoras dos alunos portadores da síndrome de Down?

R: Aos alunos com Síndrome de Down, caso a caso, pois apresentam comportamentos e dificuldades diferenciadas, aqui na Unidade, são otimizadas atividades didáticas de acordo com a diagnóstica inicial de cada educando, respeitando as habilidades por eles adquiridas; as atividades de adequações curriculares são propostas que constam em planejamentos de aulas, a serem respeitadas. Com a parceria de agentes/mediadores educacionais podem ser aplicadas em sala de aula regular, objetivando o desempenho dos mesmos, as limitações são reconhecidas. Todos os educadores são orientados a atuar com envolvimento e responsabilidades referentes a como solicitar auxílio do profissional de mediação. Independente deste auxiliar a criança com síndrome, o papel do docente é de extrema significância. No mais, acerca de outras disciplinas, é ideal buscarmos também interação plausível, onde o respeito e corresponsabilidades são essenciais por parte dos profissionais.

b) Qual o objetivo do atendimento prestado?

R: O objetivo dos atendimentos didáticos e terapêuticos é em específico garantir a socialização da criança com síndrome e oportunizar a ela experimentações e vivências capazes de inseri-la o mais próximo da vida real, objetivando efetivamente observá-la progredindo e atuando com maior autonomia.

c) Encontra dificuldade no desenvolvimento do trabalho? Se sim, qual (is)?

R: Todo trabalho relacionado à Inclusão em Escola Regular ou outra que seja, aqui no Brasil, vivencia inúmeras dificuldades com os aspectos didáticos e de interação neste sentido. Dentre elas, a mais notável acerca da aceitação do indivíduo e suas limitações. Embora a teoria garanta direitos e atendimentos aos alunos com necessidades educacionais, dentre elas a Síndrome, ainda falta boa vontade em realizar o que é previsto por parte dos profissionais que deveriam estar aptos a atendê-los, bem como oferecer suporte diferenciado. Eis algumas das complicações: aceitação, atuação,

pontualidades acerca dos estudos para mediar o aluno com necessidades educacionais, outros.

d) Qual o resultado encontrado em seu trabalho?

R: As adversidades são muitas, não há como negar, contudo, apesar delas sigo com ânsia de fazer o melhor, vontade de orientar e formar bons profissionais. Confio que estes sejam multiplicadores positivistas, capazes de “encantar e contagiar” os que se iniciam nesta profissão. A meta é não esmorecer jamais e usar de todos os subsídios, objetivando que o mínimo seja realizado efetivamente desde que com “qualidade”. Acredito na realização de ações simplistas, entretanto diferenciais na vida de todos.

e) Qual a importância da alfabetização dos alunos com síndrome de Down para o desenvolvimento do seu trabalho?

R: Independente da Síndrome ou não, é de direito que a criança receba intervenções condizentes, capazes de oportunizar que o processo ensino-aprendizagem decorra. Não cabe aos profissionais da área distinguir os alunos “ora síndrome, ora normais”... O fato não tem relação com a função a ser realizada por parte do profissional capacitado para alfabetizar a criança. As crianças com Síndrome, na medida do possível, serão mediadas tanto quanto demais alunos. Tudo deverá ser registrado e analisado com relação às potencialidades de cada indivíduo. O trabalho didático deve decorrer com o mesmo empenho, estudos e intervenções necessárias para que o aluno com Síndrome possa atingir um patamar satisfatório de aprendizado. Caso a caso, gradativamente muito virá à tona... Não podemos é desacreditar.

f) Espaço para observações adicionais espontâneas.

R: No meu caso: Mantenho registros das circunstâncias mais expressivas em sala de aula, mesmo porque são necessárias para um momento de diálogo com os pais; há sempre necessidades de ajustar alguma estratégia de trabalho junto aos demais profissionais envolvidos. Estes por sua vez, também são orientados a manter registros dos acompanhamentos e mediações garantidos aos alunos, objetivando serem revisados e reflexionados, para adiante aprimorarem suas práticas didáticas. Toda área exige de nos que façamos análises contínuas: “manter olhar atento e individualizado” acerca de condutas e plano de ações pensados para somar às crianças. Os registros são extremamente relevantes. No caso das crianças com Síndromes de Down, são com certeza documentos valiosos, além do mais garantem que todas as ações e propostas pensadas estejam sequenciadas, mantidas em portfólios de alunos, contribuindo assim com o seguimento de seus estudos. Sempre será viável planejar uma ação a partir de referências anteriores.

Anexo 12

Entrevista com a professora do AEE (Atendimento Educacional Especializado)

Nome: T.A.P.B.T

Idade: 51 anos

Formação: Pós Graduação em Atendimento Educacional Especializado.

Profissão/função: Professora de AEE

Tempo de exercício na profissão/função: 8 anos

a) Qual o trabalho exercido com alunos portadores da síndrome de Down?

R: Atividades que possam auxiliar os alunos a ter um maior desempenho pessoal e acadêmico.

b) Qual o objetivo do atendimento prestado?

R: Proporcionar aos alunos meios que tenha uma vida produtiva e independente dentro de seus limites.

c) Encontra dificuldade no desenvolvimento do trabalho? Se sim, qual (is)?

R: Sim. Ainda faltam recursos para que possamos fazer um trabalho mais efetivo. Com os alunos do AEE é necessário um tempo maior para que aprendam coisas da vida diária. Tento fazer o melhor com o tempo que dispomos.

d) Qual o resultado encontrado no seu trabalho?

R: Alunos que não conseguiam aprender em sala passaram a aprender, tiveram melhora na autoestima. Na sala do AEE somos todos iguais. Isso ajuda a criança a entender que há outros com dificuldades e não só ela.

e) Qual a importância da alfabetização dos alunos com síndrome de Down para o desenvolvimento do seu trabalho?

R: Quando vemos o avanço dos alunos com SD e com outras deficiências, sentimos que todos são capazes é muito gratificante e isso nos faz acreditar, o que é muito importante, pois nessa profissão poucas pessoas acreditam na importância dos atendimentos e na capacidade dos nossos alunos.

f) Espaço para observações adicionais espontâneas.

R: O trabalho com crianças deficientes é um trabalho de conta gotas. O resultado é lento e em alguns momentos você pensa que conseguiu, mas a criança volta no outro dia sem saber o que parecia ter aprendido. Então, temos que ter forças para procurar novas estratégias e recomeçar do zero. Amo o que faço, este sentimento me dá forças para continuar, pois há muitas diversidades para enfrentar.